

Os jovens e as jovens são as maiores vítimas da violência na nossa sociedade

Kabengele Munanga¹

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar deste seminário que trata de um assunto tão importante, ou seja, a violência sobre a juventude que devemos considerar como o futuro de todas as nações do mundo.

Fui incumbido de falar da construção social do preconceito. Claro que isto é um assunto que eu discuto e analiso durante um semestre de aula na universidade e que não serei capaz em apenas alguns minutos de fazer aqui toda sua explanação.

Começaria dizendo que por toda parte, e principalmente nos países empobrecidos da África, os jovens constituem a maior vítima da violência, cujas causas são diversas: a má distribuição da renda, o desemprego, as guerras, falta de segurança e toda uma cultura de violência que se desenvolve nas grandes cidades do mundo. Em muitos países africanos que estão em guerras civis, nos países do Oriente Médio, como Palestina, nos Balcãs, etc, a maioria dos soldados que combatem e morrem são jovens entre 18 a 30 anos aproximadamente. Em alguns países da África em guerras, os jovens de 11 a 12 anos são obrigados a carregar cedo uma metralhadora para matar e morrer.

Mas se todos os jovens, em todos os países do mundo, são alvo da violência e da morte precoce, eu diria que nos países que convivem com os preconceitos raciais e que praticam atos de discriminação racial, os jovens negros são duplamente vítimas da violência. Algumas estatísticas indicam, por exemplo, que nos Estados Unidos, 40% a 50% da população carcerária é composta de jovens negros, de uma idade, que varia entre 18 e 25 anos, quando os negros são apenas 11% a 12% da população americana. Infelizmente, não temos estatísticas no Brasil para poder fazer comparações esclarecedoras. Mas algumas pesquisas apontam que a morte por violência é mais elevada na população negra, comparativamente, à população branca. Apesar da ausência das estatísticas, sabe-se que a maioria dos jovens e das jovens vítimas de violência nas favelas do Rio de Janeiro é certamente negra e mestiça. Creio que todo mundo viu o filme "Cidade de Deus", que

ilustra bastante a cor e a idade das vítimas de violência nas favelas e nas grandes periferias de nossas cidades.

Onde estaria a explicação? É claro, a explicação está entre outros no preconceito racial e sócio-econômico. Porém, se fosse apenas o preconceito enquanto atitude e opinião verbalizada, não teriam tantas conseqüências nefastas. Trata-se, na verdade, de comportamento de discriminação racial com justificativa nas teorias científicas construídas ao longo do tempo, na ótica da ideologia chamada **racismo**. Devemos deixar claro que, o preconceito racial é apenas uma modalidade dos preconceitos que existem em todas as culturas e sociedades humanas. Existem tantas formas de preconceitos, quantas formas de diferenças. O preconceito racial e a ideologia correspondente, o racismo, vêm sendo construídos no Brasil, desde o sistema escravista, mas se tornaram mais nítidos depois da escravidão, com o objetivo de manter o *status quo*, pois, depois da abolição, o ex-senhor se tornou branco e o ex-escravizado se tornou negro. Houve apenas uma substituição das palavras, sem mudança qualitativa na relação anterior de superioridade e inferioridade.

Depois da Abolição e, principalmente, da proclamação da independência do Brasil, a questão da construção da identidade nacional se coloca de maneira crucial. Como construir uma nação digna com tamanha diversidade de raças e culturas, com tantas mesclas e misturas entre brancos, índios e negros? Tal era a pergunta crucial, que a maioria da elite pensante política e intelectual discutia; alguns pensavam que o caminho mais seguro seria a mestiçagem, que constituiria um "trampolim" para chegar ao branqueamento da sociedade brasileira - que não seria mais negra, nem índia, nem branca geneticamente, mas sim fenotipicamente uma sociedade branca, portanto uma sociedade sem preconceitos. Outros, como Nina Rodrigues (1894), achavam a mestiçagem do Brasil uma aberração, pois daria origem a uma população degenerada com inteligência e qualidades psicológicas e morais inferiores comparativamente com as populações originais, o que prejudicaria o destino e o futuro do Brasil como nação civilizada.

Vejam que os preconceitos que existem até hoje sobre os negros e os mestiços, "naturalmente propensos

¹ Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo e Professor do Departamento de Antropologia Social e Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. Contato: kabe@usp.br

à criminalidade” no imaginário coletivo da polícia brasileira, foram construídos ao longo do tempo, a partir da Ciência Antropológica dos fins do século XVIII e inícios do século XIX e difundidos na noite do tempo, no tecido social, através da educação e da socialização. O imaginário preconceituoso da “nossa” polícia é apenas um microcosmo de um preconceito que está no tecido social da sociedade brasileira como um todo.

Podemos dar alguns depoimentos para mostrar que o jovem negro é a maior vítima da violência na nossa sociedade, quer seja policial, quer seja violência simbólica. Sem dúvida, todos os jovens e todas as jovens são vítimas da violência, independentemente de sua origem racial, mas a juventude negra é duplamente vítima. Os depoimentos seriam riquíssimos, se pudermos chamar aqui jovens de várias periferias dando-lhes a liberdade para falar de suas experiências de vida, nós vamos ver que eles/elas convivem cotidianamente com a discriminação e a violência.

Vou apenas dar um depoimento de um jovem de 29 anos:

“Eu acordo e vou dormir todos os dias tendo consciência de que sou negro. Vivo num grande estado de alerta, já fui parado pela polícia mais de trinta vezes, toda vez que boto o pé na rua tenho que levar documento, com doze anos um guarda me apontou uma metralhadora quando eu estava saindo da padaria, O que você está levando aí?. Era um litro de leite que eu acabava de comprar”.

Por coincidência, este menino é um filho de classe média, é filho de um professor da Universidade de São Paulo. Imaginem os milhares que não têm oportunidade de dar essa entrevista para a revista “Marie Claire”, feita em fevereiro de 2000, que não têm nem essa chance de levantar a voz.

Acho que todo mundo sabe que um jovem negro não pode atravessar a rua sem levar a carteira de identidade; eu eduquei meus filhos dizendo: “Vocês não podem atravessar a rua sem identidade, pois se cruzar com a polícia, até você demonstrar que você mora naquela casa, que você é filho de fulano...”. Aí é aquela história do macaco correndo com a língua para fora, querendo atravessar a fronteira do Brasil, e perguntaram para ele: “Macaco, por quê você está correndo tanto?”. “Alí no Brasil, estão matando todos os animais que têm orelhas grandes”. “Mas você não tem orelhas grandes, mas por que está correndo tanto?”. “Meu amigo, até provar, eu já estou morto!”. Então, dizer que é uma questão simplesmente econômica e social não pega, porque um jovem negro, pouco importa a classe social a qual ele pertence, é suspeito por ser simplesmente negro, até descobrir que ele é filho do médico, ele já está, às vezes, sem vida.

Outra história, do Pedro, um menino de 12 anos que estudava no Colégio São Bento, aconteceu ano

passado, nas vizinhanças do colégio; ele foi abordado por um grupo de policiais. Apesar de estar de uniforme do Colégio São Bento e apresentar a carteira de identidade, o menino foi brutalmente tratado: jogaram os documentos, empurrando-o contra a parede, disseram que ele não era aluno do colégio, que aquele uniforme foi uniforme roubado, etc. A história parou na justiça porque, felizmente, a mãe trabalhava na Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo.

O caso mais conhecido é o do dentista Flávio, de Guarulhos, morto pela Polícia. Bastou um cidadão branco prestar queixa dizendo que o assaltante era negro, que o primeiro negro que apareceu levou tiro da Polícia; não houve tempo de verificar se era o verdadeiro assaltante, porque o negro é sinônimo da violência, é sempre o suspeito.

Meus filhos estudaram no Colégio Equipe, um colégio de classe média. Entre o ponto de ônibus e o colégio, os únicos jovens que eram revistados pela polícia frequentemente eram eles; seus colegas brancos, que também tomavam ônibus, nunca foram revistados.

No documentário “Onde Você Esconde o Seu Racismo?”, que vi ultimamente, com direção de Mirian Leitão, uma mulher negra conta que numa blitz policial, estava no ônibus com o marido - marido branco - e outras pessoas brancas; ela foi a única a ser revistada pela Polícia. Isso significa que, no imaginário coletivo da polícia brasileira, o negro é o maior suspeito em termo de assalto, atos criminosos. Isso são coisas que vêm já dos escritos de Nina Rodrigues e Lombroso, ambos médicos psiquiatras que pensavam que algumas características físicas determinam os comportamentos das pessoas que podem naturalmente ter tendência à criminalidade. Conseqüentemente, o negro pelas suas características físicas, seria potencialmente um ser criminoso! Essa visão não está apenas no imaginário coletivo da polícia brasileira, mas também, no imaginário coletivo de todos os brasileiros, porque nós fomos socializados nessa cultura racista.

Alguns anos atrás, o jornal “Oficina do Estudante”, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), publicou uma matéria interessante sobre o comportamento dos assaltantes: explicou os truques, estratégias, a maneira como eles abordam as vítimas, etc. Era uma matéria excelente, só que as ilustrações dos personagens assaltantes eram todos indivíduos negróides; quer dizer, no imaginário coletivo desses estudantes o assaltante é negro. Se essa visão preconceituosa e estereotipada, se encontra até no imaginário do estudante universitário que deveria ter mais discernimento, imaginem então a maioria da população pouco esclarecida!

Finalmente, para terminar, não sei se alguma pessoa entre os presentes, leu a tese muito interessante defendida em 1998, na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, pela Prof^a Dra. Maria

Inês da Silva Barbosa. Ela levantou dados dos óbitos dos meses de janeiro, abril e julho e outubro de 1995 no estado de São Paulo, num total de 21.630 óbitos. Claro, depois de algumas análises chegou apenas a 18.836 casos identificados como raça negra, branca, parda, etc. Ela chega à conclusão de que as mortes por violência na população branca representam 8,4%, contra 23,4% de mortes por violência na população negra, ou seja, mais do que o dobro da população branca.

No ano passado, vi uma reportagem na televisão sobre casos de denúncia de discriminação nas filas do Sistema Único de Saúde (SUS), onde as mulheres negras não tinham o mesmo atendimento, a mesma qualidade de atendimento que as mulheres brancas. Eram denúncias feitas por pesquisadoras e pesquisadores brancos e negros, preocupados com a questão da saúde da população. Mas, o que me surpreendeu na mesma reportagem, foi o comportamento do Presidente do Conselho Regional de Medicina, negando categoricamente que não há discriminação no atendimento do SUS. O que significaria que essas mulheres negras não têm cidadania, são mentirosas, pois os depoimentos delas não são considerados - como acontece em todos os casos em que o negro é vítima da violência (MUNANGA, 2007).

No meu entender, uma autoridade responsável poderia, em vez de negar categoricamente, no mínimo dizer: "olhe, vamos averiguar, para saber o que aconteceu de fato e depois tomar as medidas cabíveis". Mas ele negou categoricamente e isso é realmente o quê? O mito de democracia racial, um dos problemas desta sociedade que não quer se assumir como uma sociedade racista. No entanto, uma sociedade que quer mudar é uma sociedade que se assume, que assume seus problemas, suas dificuldades e, a partir daí, busca os caminhos de mudança, de transformação.

Creio que um dos pontos de partida em nossa luta de combate ao racismo é que a sociedade se assuma. Eu me lembro de uma frase interessante do sociólogo Florestan Fernandes, grande teórico da questão racial na Universidade de São Paulo, dizendo que, um dos problemas do racismo brasileiro é o preconceito de ter preconceito.

Referência Bibliográfica

MUNANGA, K. Saúde e Diversidade. Saúde e Sociedade; 16 (2):7-13-18; 2007.

